

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 22 de maio de 2014

Ata 03/2014

1 Aos vinte e dois dias de maio de dois mil e quatorze, no auditório do câmpus
2 Venâncio Aires, o Conselho Superior do IFSul realizou reunião ordinária ,
3 sob a presidência do reitor, prof. Marcelo Bender Machado e com a presença
4 dos conselheiros e convidados a seguir relacionados: Alexandre Pitol Boeira,
5 Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Ana Maria Geller, Bruno Silveira, Cacildo dos
6 Santos Machado, Cleiton Xavier dos Santos, Cristian Oliveira da Conceição,
7 Daniel Delfini Ribeiro, Dalvani Costa de Azevedo, Daniela Cardoso Salau
8 Barboza, Douglas Pinho de Ávila, Fernanda Pereira Teixeira de Mello, José
9 Henrique Bassani, José Luiz Lopes Itturriet, Josi Aparecida de Freitas, Júlio
10 César Mesquita Ruzicki, Leandro da Silva Camargo, Leonardo Campos
11 Soares, Luciana Neves Loponte, Lúcio Geller Júnior, Mack Léo Pedroso,
12 Marcelo Leivas Lucena, Marcos Eli Silveira Echeverria, Marcos Roberto
13 Miranda Prietto, Maria Helena Polgati Moreira, Marlene Katrein da Costa,
14 Mauro Castro Martin, Max Lindoberto Gonçalves, Miguel Ângelo Pereira
15 Dinis, Milton Britto de Almeida, Patrícia Mendes Calixto, Paulo Augusto
16 Techera Cardozo, Paulo Henrique Asconavieta da Silva, Rafael Blank
17 Leitzke, Renato Louzada Meireles, Ricardo Castro Carrilho, Victor Aires
18 Mendonça, Yuri Escobar Gayer, Marilvana Giacomelli Tavares, Ana Paula
19 Nogueira e Silva, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Miguel Arcanjo
20 Vidinha Baneiro, Nilo Moraes de Campos, Ricardo Pereira Costa,
21 Alessandro de Souza Lima, Flávio Luis Barbosa Nunes, Henrique Ziglia
22 Maia e Mauro André Barbosa Cunha, para tratar dos assuntos a seguir. O
23 presidente deu início falando sobre a reunião do CONIF, com o MEC e a
24 presidenta da república, onde foi pontuado o balanço da ação dos IFEs e
25 avaliadas as perspectivas para o futuro, além de ter sido uma reunião de
26 metas. Passou a palavra ao diretor-geral do câmpus Venâncio Aires, que fez
27 uma apresentação sobre a cidade, sua cultura e a importância do IFSul para
28 a região. A seguir, o presidente falou das intenções de posse do representante
29 técnico-administrativo da reitoria no CONSUP, antes de os representantes
30 docente e discente, que ainda não completaram seu processo de escolha. A
31 representante Fernanda Mello e a presidente da COE, Simoni Krüger,
32 falaram sobre todo o processo e ratificaram a importância de a reitoria ser
33 representada no CONSUP. Tendo os conselheiros aprovado, foi dada posse
34 à servidora **Fernanda Mello**. Dando continuidade, a ata da reunião anterior
35 foi submetida à apreciação, tendo sido aprovada. A assessora Lia Pachalski
36 apresentou o **Regulamento de Mobilidade Acadêmica Internacional** -

Victor
[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]
Victor
[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

37 **Mobilidade Convênio IFSul/Instituições Estrangeiras.** A conselheira Ana
38 Geller sugeriu que traduções de texto deveriam ser incluídas no artigo 18 ou
39 constar os editais. Vários conselheiros questionaram a exigência de média e
40 se média seria o ideal. O conselheiro Júlio Ruzicki argumentou que a
41 exigência de determinada média não é garantia de êxito, enquanto o
42 conselheiro Paulo Asconavieta manifestou-se contrário, dizendo que a
43 coordenadoria que indicasse os alunos deveria definir quais poderiam
44 participar. O presidente Marcelo Bender salientou que situações particulares
45 podem fazer a média cair, que poucos alunos do IFSul participam do
46 programa e que deseja o êxito do aluno e disse que os colegiados deveriam
47 ter sensibilidade ao fazer a análise do perfil do candidato, com o que o
48 conselheiro Leonardo Soares concordou. O conselheiro Mack Pedroso
49 propôs a inclusão de outros critérios, como percentual de frequência. O
50 conselheiro Rafael Leitzke defendeu a existência de um balizador –
51 parâmetro institucional ou parâmetro instituído por edital. O conselheiro
52 Alexandre Boeira disse que seria preciso ter cuidado com a subjetividade nos
53 critérios, com o que o conselheiro Yuri Gayer discordou, ao lembrar que
54 editais têm critérios a serem obedecidos. O conselheiro José Bassani sugeriu
55 incluir pontualidade e assiduidade além da avaliação dos colegiados. O
56 presidente Marcelo Bender lembrou que só cursos de graduação têm
57 colegiados. O conselheiro Paulo Asconavieta questionou como seriam
58 avaliados alunos de cursos que trabalham com conceito. O conselheiro Mack
59 Pedroso sugeriu que o texto do item III fosse mantido, acrescentando um
60 conceito equivalente a um valor. O conselheiro Leonardo Soares lembrou
61 que não existe equivalência entre nota e conceito. O conselheiro Milton
62 Almeida sugeriu que o critério fosse definido “por um bom desempenho
63 acadêmico”, com o que o conselheiro Rafael Leitzke discordou,
64 considerando que isto apenas empurraria o problema para os câmpus, não
65 garantindo padronização. O conselheiro Milton Almeida disse, não estando
66 suficiente clara a questão, é bom levar a discussão para os câmpus. O
67 conselheiro Mack Pedroso sugeriu que fosse definido como atendimento ao
68 mínimo exigido para os cursos. Questionado sobre o que a média global
69 correspondia, o pró-reitor de Ensino, Ricardo Costa explicou que abrange
70 todo o histórico do aluno, contando só a aprovação. O conselheiro Miguel
71 Dinis lembrou que o Q-Acadêmico registra sempre a menor média, o que
72 prejudica os estudantes. Após ampla discussão, foram colocadas em votação
73 as seguintes propostas para definição do item III: a) de acordo com os
74 critérios mínimos para aprovação, conforme o constante no PPC dos cursos
75 b) ter bom desempenho acadêmico c) acrescentar à redação “conceito
76 equivalente a bom desempenho acadêmico” d) retornar a discussão à
77 comunidade para definição na próxima reunião do CONSUP. A proposta
78 a)” de acordo com os critérios mínimos para aprovação, conforme o PPC dos
79 cursos” foi aprovada por maioria, havendo uma abstenção. O conselheiro

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

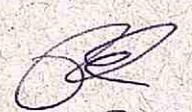
80 Miguel Dinis questionou o inciso 2 do art. 3º, propondo que o percentual
81 mínimo fosse reduzido de 40% para 25%, pois como está beneficia apenas
82 alunos do 3º semestre. O conselheiro Alexandre Boeira considerou que
83 alunos de 1º semestre não têm maturidade para o programa e o conselheiro
84 Júlio Ruzicki sugeriu percentuais diferenciados para cursos de diferentes
85 durações. Após esgotadas as discussões três propostas foram encaminhadas
86 à votação; a) reduzir o percentual de 40% para 25% b) estabelecer 40% para
87 cursos com duração de 5 anos e estabelecer novo percentual para cursos de
88 menor duração c) não alterar o texto original. A proposta c) “não alterar o
89 texto original” ganhou por maioria, tendo havido uma abstenção. Assim, o
90 regulamento foi aprovado com as alterações acima. Em continuidade, foram
91 submetidas à homologação as portarias *ad referendum* n.ºs **909/2014**, que
92 altera a estrutura organizacional do IFSul; **1154/2014**, que trata da
93 reformulação do PPC do Curso Superior de tecnologia em Sistemas para
94 Internet, do câmpus Passo Fundo; **1243/2014**, que define a oferta de vagas
95 para o curso acima. As três portarias foram aprovadas. O assunto a seguir foi
96 tratado pelo auditor interno Henrique Maia, sobre a portaria **915 da CGU**.
97 Falou sobre a auditoria compartilhada que está sendo feita no Rio de Janeiro,
98 explicou a fraude ocorrida. Lembrou que a referida portaria limita quem pode
99 ser auditor interno, que deve cumprir várias exigências. O presidente
100 Marcelo Bender disse que o TCU vem desenvolvendo ações mais fortes na
101 busca de irregularidades. Salientou que a deficiência de mão de obra leva os
102 gestores, muitas vezes, a definirem o que poderia ser feito ou a assumirem
103 riscos por situações mal encaminhadas. O auditor interno Henrique Maia
104 lembrou que a prestação de contas públicas repercute ao longo do tempo,
105 sendo passível a penalização de gestores anteriores. Continuando, foram
106 submetidos à avaliação dos conselheiros os **calendários letivos 2014 dos**
107 **câmpus Gravataí e Lajeado**, aprovados por unanimidade. A seguir, foi
108 discutida a **Reformulação do PPC do Curso de Execução, Conservação e**
109 **Restauro de Edificações**, do câmpus Pelotas. Não havendo destaques, foi
110 aprovada por unanimidade. O tema seguinte foi a **adequação das cargas**
111 **horárias dos cursos Técnicos em Agropecuária e Informática – forma**
112 **integrada e curso Técnico em Informática para Internet - forma**
113 **subsequente**, do câmpus Bagé, aprovadas por unanimidade. A proposta da
114 **suspensão da oferta do programa especial de formação pedagógica de**
115 **docentes para as disciplinas do currículo da educação profissional de**
116 **nível médio**, do câmpus Pelotas foi tratada a seguir. O pró-reitor de Ensino,
117 Ricardo Costa, justificou a solicitação em virtude de o curso ter entrado na
118 agenda de avaliação do INEP, devendo o prazo para justificativa de não oferta
119 expirar dia 27. A proposta foi aprovada. O convidado Alessandro Lima,
120 representando a comissão responsável pelo **Plano de Desenvolvimento**
121 **Institucional** prestou informações sobre o mesmo e sobre como está sendo
122 feita a sua reconstrução. Lembrou que no PDI atual existem muitos objetivos

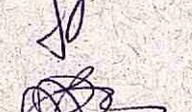
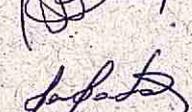
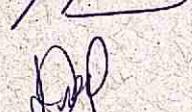
Handwritten signatures and initials on the right margin of the page, including names like 'Victor', 'R', 'B', 'R', 'Vitor', and others.

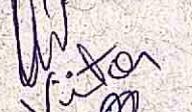
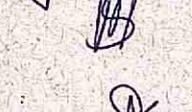
Handwritten signatures and initials on the left margin of the page, including names like 'Victor', 'R', 'B', 'R', 'Vitor', and others.

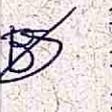
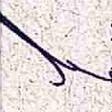
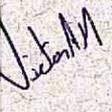
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Victor', 'R', 'B', 'R', 'Vitor', and others.

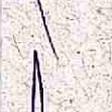
123 desarticulados e metas pouco mensuráveis, em virtude de os indicadores não
124 serem mensuráveis; que há muita confusão entre metas, ações e rotinas de
125 trabalho; que a comunidade participava das revisões. Salientou que o PDI
126 deve articular os objetivos estratégicos e depois focar na instituição, para
127 contribuir efetivamente nas decisões da gestão; que agora deve haver ampla
128 discussão na comunidade para a construção do Plano de Ação, mostrando o
129 que é factível ou não, justificando; que o planejamento deve estar vinculado
130 ao orçamento anual; que deve haver um processo sistemático de avaliação
131 coletiva e que devem ser formadas comissões de avaliação em todos os
132 câmpus (CPAs) e todos os segmentos devem participar; que a DDI está
133 dando apoio às comissões locais; que no site do IFSul está disponibilizado
134 espaço para participações; que atualmente está sendo construído o plano
135 anual; que até o fim do mês deverão ser entregues as propostas que, após
136 consolidadas voltarão para discussão na comunidade e posterior retorno ao
137 Conselho para aprovação. O representante da comissão que trata do
138 **Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC)**, Marcos Betemps,
139 explicou que o regulamento do RSC voltou ao CONSUP porque a comissão
140 central solicitou que fosse feita a adequação de alguns itens, como a criação
141 de ficha de inscrição à parte e a alteração dos pesos e quantitativos de alguns
142 itens das tabelas 1, 2 e 3 para que chegassem ao limite de pontuação 10 para
143 todas as diretrizes, uma vez que o parecerista encontrou situações em que a
144 pontuação extrapolava tal limite. Lembrou que todos os ajustes feitos
145 constavam do Parecer enviado aos conselheiros. O conselheiro José Itturriet
146 perguntou se poderia usar um item em mais de uma diretriz, tendo o servidor
147 Marcos Betemps respondido que não era possível. O conselheiro Milton
148 Almeida disse que isso vai alterar a pontuação de colegas com menos tempo
149 na instituição. O servidor Marcos Betemps lembrou que o RSC não pode ser
150 visto como incentivo a não buscar qualificação. O conselheiro Leonardo
151 Soares disse ainda não ter condições de avaliar se as mudanças provocariam
152 prejuízo suficiente para nova discussão dos conselheiros ou para uma tomada
153 de atitude neste momento. O presidente Marcelo Bender frisou que o
154 regulamento foi construído visando favorecer o maior número de docentes
155 que, em tempo anterior, não tiveram possibilidade de capacitação e que,
156 havendo muitas mudanças, o relatório não será aprovado em instância
157 superior a tempo, prejudicando colegas que estão à espera da definição para
158 se aposentarem. Salientou a importância de inscrição para os bancos de
159 avaliadores. O conselheiro Miguel Dinis lembrou que, na reunião anterior,
160 havia sido dada a garantia de nova discussão do regulamento, após a
161 aprovação pelo MEC e questionou se haverá oportunidade para fazê-lo. O
162 servidor Marcos Betemps explicou que se isso acontecer, o regulamento
163 deixa de ser aprovado pelo MEC agora, passando para análise depois dos
164 demais institutos. A conselheira Josi Freitas manifestou-se em nome dos
165 colegas de seu câmpus, defendendo a aprovação do encaminhamento proposto

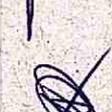


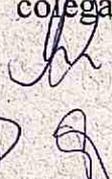




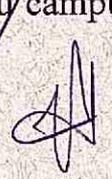
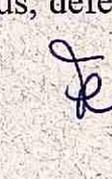
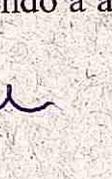




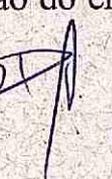
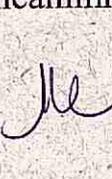
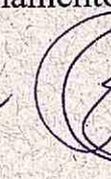





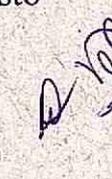
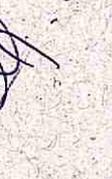




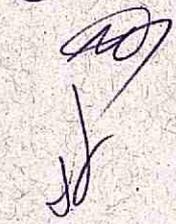
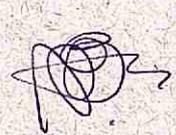
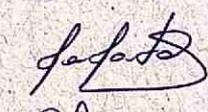
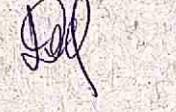
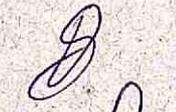
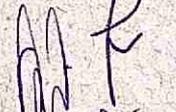
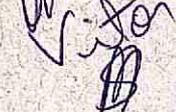
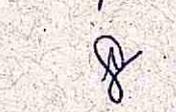
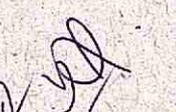



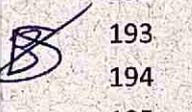
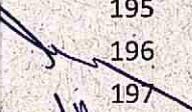
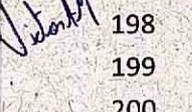
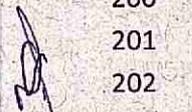
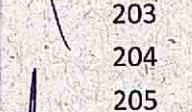
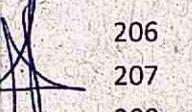




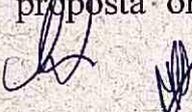
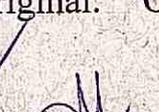
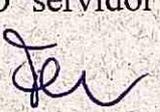
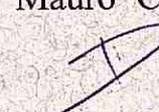
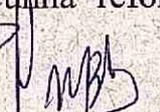
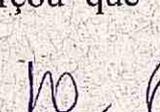
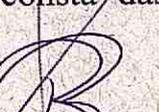



166 pela comissão. Em relação ao recebimento do parecer, o servidor Marcos
167 Betemps disse que foi enviado posteriormente. O diretor executivo Flávio
168 Nunes explicou que o mesmo vai diretamente para o relator, caso seja
169 aprovado agora e posteriormente para a SETEC e publicação no DOU; que,
170 não havendo aprovação, vai para o fim da fila e será sorteado novo
171 parecerista. Destacou também a necessidade de que sejam formados os
172 bancos de avaliadores, para os quais ainda não foram abertas as inscrições.
173 Posto em votação, o regulamento foi aprovado por maioria, com duas
174 abstenções. O presidente Marcelo Bender falou sobre o que já foi feito sobre
175 o Regulamento das Atividades Docentes e a correspondente análise de
176 impacto. O conselheiro Júlio Ruzicki disse não ter recebido os comentários
177 feitos pelos câmpus, conforme combinado anteriormente e pediu
178 esclarecimentos sobre as tabelas. O servidor Marcos Betemps, representando
179 a comissão, apresentou o **Regulamento da Atividade Docente (RAD)**,
180 explicando pormenorizadamente os percentuais de redução da carga horária
181 permitidos constantes no documento, que serão calculados sempre sobre a
182 carga horária máxima permitida. O convidado Alessandro Lima explicou que
183 o docente deve preencher o plano de trabalho, detalhando como completa as
184 quarenta horas de trabalho, observando os limitadores de cada item.
185 Lembrou que projetos de ensino são realizados com alunos da instituição e
186 que projetos de extensão são desenvolvidos com a comunidade externa. O
187 professor que trabalha em cursos de pós-graduação *strictu sensu*, pela
188 legislação, pode dedicar metade de sua carga horária para atividades de
189 pesquisa. Em relação aos membros permanentes neste tipo de pós-
190 graduação, o conselheiro Mack Pedroso questionou se, sendo o docente
191 participante terá automaticamente garantidas 20 horas para atividades a ela
192 relacionados, uma vez que há docentes que trabalham em cursos de vários
193 níveis. O servidor Marcos Betemps explicou que sempre que há um curso de
194 graduação *strictu sensu* há necessidade de preencher os Aplicativos de
195 Propostas de Cursos Novos de Pós-graduação e ao colocar um docente como
196 permanente o sistema automaticamente registra as vinte horas dedicadas ao
197 programa, portanto o regulamento do IFSul deve respeitar as exigências da
198 CAPES. Lembrou que o docente permanente deve ser credenciado no
199 programa de pós-graduação e referendado pela PROPESP, além de manter
200 produção (orientação, projeto de pesquisa, publicação), uma vez que a cada
201 dois anos o docente é avaliado podendo continuar como membro permanente
202 ou ser desligado. Lembrou que há garantia das 20 horas mas não de
203 exclusividade para atendimento à pós-graduação. O conselheiro Milton
204 Almeida disse que deveria ser repensada a reunião pedagógica como
205 redução. O servidor Marcos Betemps respondeu que as reuniões pedagógicas
206 estão dentro das outras atividades de ensino, mas já são atribuição docente
207 independente da sala de aula. E que está sendo mantido o acordado na
208 proposta original. O servidor Mauro Cunha reforçou que consta das




209 atividades de ensino, sem dar direito à redução. Respondendo ao conselheiro
210 Álvaro Nebel, o –servidor Marcos Betemps ratificou a garantia de 20 horas
211 para membros permanentes de cursos pós-graduação, mas salientou a
212 exigência do cumprimento de 9 horas de aula em qualquer um dos níveis de
213 ensino (graduação, médio ou FIC). O conselheiro Álvaro Nebel disse que
214 deve ficar claro que o docente de pós-graduação ministrar 9 horas de aula. O
215 servidor Marcos Betemps explicou que para professores que não são da pós-
216 graduação o total de horas não pode ser superior a 14, mas para o membro
217 permanente pode chegar a 20; que isso demonstra que ele é diferente, que o
218 envolvimento com o projeto pode chegar até 20 horas. O convidado Mauro
219 Cunha lembrou que a legislação exige o cumprimento mínimo de 8 horas
220 aulas (doze períodos). O conselheiro Álvaro Nebel perguntou se era
221 consenso quanto à obrigatoriedade destas aulas, tendo o convidado Mauro
222 Cunha respondido ser lei. O conselheiro Alexandre Pitol perguntou como
223 ficaria o ponto de quem trabalha na pós-graduação, tendo sido esclarecido
224 sobre a obrigatoriedade de registrar 24 horas, pelo regulamento que está
225 sendo discutido. O convidado Mauro Cunha ratificou que deve ser
226 preenchido na planilha o total de quarenta horas relógios de atividades, que
227 um dos itens das atividades é o item Aula e sempre que aula estiver com letra
228 maiúscula refere-se a aula em sala de aula, em qualquer nível e que deve
229 compreender entre 8 e 18 horas relógio. Para quem trabalha no pós, este valor
230 deve variar entre 8 (da Lei) e 9 horas (o máximo de quem está em programa
231 de pós). O presidente Marcelo Bender lembrou que a comunidade deseja uma
232 regulação da atividade docente, mas que esta tem que ser feita sobre 40 horas,
233 que é o regime de trabalho, que o docente não pode inventar, deve registrar
234 como está efetivamente realizando atividades fora da instituição. Discutida
235 a não redução de supervisão de estágio curricular, na tabela 2, o convidado
236 Marcos Betemps disse ter sido definido pela comissão que não haveria tal
237 redução porque tal acompanhamento é esporádico, limitando-se a uma ou
238 duas vezes por semestre, ao contrário de orientação de Trabalho de
239 Conclusão de Curso, que é uma atividade mais perene. O conselheiro Mack
240 Pedroso questionou que se o professor tem 40 horas e pode cumprir 16 onde
241 quiser, sobram 24 das quais 20 são para orientações, sobram 4, sendo 2
242 dedicadas para reuniões pedagógicas e sobrando 2 para aulas, como poderá
243 obrigá-lo a dar mais 6 horas aula. O convidado Marcos Betemps explicou
244 que o professor pode cumprir 16 horas das suas 40 em local de livre escolha
245 para desenvolver as atividades inerentes a sua profissão: projetos de
246 pesquisa, correção de provas, elaboração de material didático. As 20
247 dedicadas ao programa de pós-graduação incluem orientação, projetos de
248 pesquisa que ele pode fazer dentro das 16. As 20 horas para o programa mais
249 8 horas em sala de aula, com mais 16 somam 42 horas. Assim, nas 20 horas
250 deverá haver superposição de algumas coisas que o professor faz nas 16 e
251 nas 8 horas. O conselheiro Mack manifestou-se preocupado com a garantia

252 das 20, pois acredita que os docentes do seu câmpus vão baixar tudo para as
253 16 que podem ser cumpridas em qualquer lugar, e não das 20; que se abrir
254 mestrado, todos os professores vão fazer isso. Disse que os coordenadores
255 estão assinando estágios pois os professores não o fazem, já que estágio não
256 conta. Disse que não se pode supor que não vai haver orientação no estágio,
257 mas que vai ter no TCC. O convidado Mauro Cunha reforçou que 8 horas é
258 o mínimo em sala de aula, que tem mais 20 horas, que somando tudo totaliza
259 40 horas e dentro destas 16 podem ser cumpridas em qualquer local. Disse
260 achar importante colocar no rol das leis que dão sustentação ao regulamento
261 o Parecer 18 de 2012 do Conselho Nacional de Educação, que aborda o
262 trabalho do professor além da sala de aula, se aprovado pelo Conselho. O
263 convidado Alessandro Lima explicou o preenchimento do Plano de
264 Trabalho. Se o professor é membro do programa de pós-graduação ele tem
265 direito às 20 horas, para que consiga produzir e ter orientação; o próprio
266 sistema exclui este membro se não houver a devida produção; que terá até
267 12 horas de orientação, até 4 de participação em comitês, de projetos até 12,
268 podendo somar até 28 horas; que estão limitando a 14 horas as atividades de
269 pesquisa, que poderá chegar a 20 para os membros permanentes. Partindo
270 deste detalhamento, ele chega às 20 horas, mas tem que completar 40 horas.
271 Incluem-se os itens obrigatórios, 8 horas de Aulas, no mínimo 4 horas para
272 preparação de aulas, podendo chegar ao mesmo número de aulas que tem,
273 mais 4 horas para atendimento ao discente, mais 1 hora e meia de reunião,
274 restando ainda duas horas e meia para registrar outras atividades, ou mesmo
275 aumentando o número de horas de atendimento ao discente. O convidado
276 Marcos Betemps esclareceu que o regulamento não diz que estão sendo
277 separadas 20 horas, mas que para os docentes participantes como membros
278 permanentes de programas de pós-graduação, será possibilitado o máximo
279 de 20 horas, em atividades que deverão ser justificadas com projetos e
280 orientação. O conselheiro Mack Pedroso reforçou a preocupação por
281 considerar que os professores farão os cálculos a partir das 16 horas. O
282 convidado Alessandro Lima voltou a salientar que não é este o procedimento
283 e que as atividades das 16 horas deverão ser justificadas no seu plano de
284 trabalho. Exemplificou com a situação de professor que só que ministrar
285 aulas, que vai ficar com 18 horas Aulas, vai registrar horas para preparação
286 de aulas, que se tiver 18 aulas do mesmo componente curricular pode
287 registrar, no máximo, a metade do número de aulas; se tem várias disciplinas,
288 cinco, por exemplo, pode registrar até o mesmo número de aulas. Colocando,
289 neste caso 18 e considerando o horário de atendimento ao aluno e o de
290 reunião, fecha as 40 horas. Em relação às ações de gestão e assessoramento,
291 comissões, coordenação de cursos, responsabilidade por coordenadorias e
292 FGs pontuam horas para o plano de trabalho. Em relação a tabela 5, referente
293 à execução e coordenação de convênios, salientou que foi posto em discussão
294 pela comissão mas em nenhum momento foi considerado valor para redução.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

295 O conselheiro Milton Almeida voltou ao primeiro item da tabela 2,
296 salientando que o acompanhamento de estágios pode ser atividade de grande
297 comprometimento do professor, por ser momento pedagógico importante de
298 ensino e que, às vezes, exige muito mais do que as cinco horas constantes,
299 especialmente no caso de licenciaturas, se um professor tiver muitos
300 orientandos e que, não havendo redução de carga, ninguém irá se
301 responsabilizar pela atividade, situação com a qual concordou o conselheiro
302 Júlio Ruzicki. O conselheiro Alexandre Pitol referiu-se a quem tem
303 coordenação de programas com remuneração específica para tal, que não
304 podem incluir tal atividade como fator de redução. O presidente lembrou a
305 cobrança que o Ministério Público fez ao câmpus Passo Fundo, relativa ao
306 cumprimento de horário dos docentes e salientou que o RAD também prevê
307 proteção à gestão. Em relação à redução de carga horária para orientação de
308 estágio não obrigatório, a conselheira Ana Geller considerou que não deve
309 ser disponibilizado docente para tal, com redução. O conselheiro Álvaro
310 Nebel destacou a importância da orientação em estágio, principalmente nos
311 cursos técnicos, que é muito semelhante à orientação de trabalhos de
312 conclusão de cursos técnicos e garante redução e defende que tenha o mesmo
313 valor do item 2. O convidado Marcos Betemps defende a adequação da
314 tabela, mas distinguindo estágio obrigatório do não obrigatório. Em resposta
315 ao questionamento do conselheiro Milton Almeida, o convidado Marcos
316 Betemps explicou que todas as atividades de sala de aula vão ser
317 contabilizadas e vão ter um impacto não diretamente proporcional à redução
318 de sala de aula. Após discussão, foi definida a inclusão, no RAD, de novo
319 item para orientação e supervisão de estágio curricular obrigatório, com
320 redução, valor 0,25 e manter o item orientação e supervisão de estágio não
321 obrigatório, que contemple como atividade docente mas não dê direito à
322 redução. O convidado Alessandro Lima salientou que o valor máximo para
323 atividades de pesquisa e extensão é 6,3. A conselheira Josi Freitas perguntou
324 como será feito o registro dos Projetos de Ensino, tendo o convidado Ricardo
325 Costa respondido que PROEN e PROEX estão trabalhando para criar
326 regulamentação. Em relação ao item atividades em sala de aula com bolsa, o
327 convidado Alessandro Lima disse não saber quais são e quem defende a
328 pontuação, pois UAB e e-Tec não são pontuadas neste item. Retornou ao
329 texto do artigo 14, sobre atividades com bolsas, que não são pontuadas; que
330 no parágrafo segundo consta que bolsas de fomento de ensino, pesquisa e
331 extensão não são consideradas remuneração complementar. O conselheiro
332 Rafael Leitzke perguntou como incluir ações que são do câmpus mas não
333 direito à redução de carga horária Falou também que o Colégio de Dirigentes
334 deve continuar a discussão sobre bolsas indenizatórias e remuneratórias. O
335 convidado Marcos Betemps informou que ações relacionadas à EaD devem
336 ser registradas no Plano de Trabalho, sem direito à redução em sala de aula,
337 mas a luta é para que possa ser contabilizado como atividade docente. O

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

338 presidente Marcelo Bender disse não ter condições de avaliar e falou do
339 Edital 94 do CNPq, para o qual os pesquisadores foram incentivados a
340 participar e que a situação se torna uma armadilha. O convidado Marcos
341 Betemps disse que hoje o IFSul tem pesquisadores que estão ganhando
342 bolsas e vão rodar seus projetos dentro do instituto; que a luta é para que o
343 professor que trabalha com EaD possa colocar até 20 horas no Plano de
344 Trabalho. O conselheiro Milton Almeida reportou-se ao artigo 14,
345 salientando a impossibilidade de atendimento ao Plano de Trabalho, em
346 virtude do desconhecimento dos horários de aula com tal antecedência. O
347 conselheiro Júlio Ruzicki salientou que não é plano e sim proposta, porque
348 é o coordenador quem pode aplicar redutores, a partir do que está
349 apresentado como outras atividades pelo docente. O convidado Marcos
350 Betemps questionou também o prazo de quinze dias para aprovação dos
351 planos pela gestão e salientou a carência de informações que existe sobre as
352 atividades docentes; que este regulamento direciona para a criação de um
353 sistema integrado de informação para auxiliar as gestões dos câmpus e
354 subsidiar os planos de atividades docentes. O presidente Marcelo Bender
355 disse que o parágrafo único do artigo 7, que cita os dois anos para a
356 implantação do regulamento e avaliação anual terá que ser usado, já que o
357 IFSul está entrando numa seara desconhecida. O conselheiro Alexandre
358 Pitol disse que ainda não se sente à vontade para divulgar o regulamento por
359 ainda ter dúvidas, que precisa de um assessoramento, que deve ser
360 capitaneado pela DDI; disse que os docentes devem estar conscientes de que
361 a regulamentação partiu de solicitação deles mesmos, que não é imposição
362 de nenhum chefe. O conselheiro Rafael Leitzke defendeu entrega com
363 antecedência de 90 dias, para permitir um trabalho baseado no que é
364 concreto; também perguntou a partir de quando contam os 15 dias que a
365 gestão tem para aprovar o plano. Após ampla discussão, foram encaminhadas
366 as propostas para período de entrega da proposta de Plano de Trabalho: do
367 conselheiro Mack Pedroso, na primeira semana do ano letivo e do
368 conselheiro Rafael Leitzke, com quarenta e cinco dias de antecedência. A
369 proposta que define o prazo em 45 dias antes do ano letivo venceu por
370 contraste. O conselheiro Álvaro Nebel referiu-se ao teto de três horas de
371 duração das reuniões. O presidente Marcelo Bender então colocou em
372 votação o término da reunião neste momento ou prolongá-lo até às 21 horas.
373 Foi aprovada por maioria a prorrogação. O convidado Marcos Betemps
374 voltou às interrogações da tabela 5 e sugeriu a proposição de 4 horas, com
375 máximo de 1,8 de redução. Colocada em votação, a proposta foi aprovada
376 por contraste, com quatro abstenções. Em relação ao prazo para
377 homologação das propostas dos planos de trabalho, foi aprovado por maioria,
378 com duas abstenções, que a gestão terá o prazo de quinze dias, a contar do
379 início do ano letivo. O conselheiro Leonardo Soares manifestou-se sobre o
380 inciso 2 do art. 16, considerando que o câmpus pede a redução do limite para

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Vitor' and 'Mack'.]

[Handwritten signatures and initials on the left margin, including names like 'Júlio' and 'Mack'.]

[Large handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Mack', 'Vitor', and 'Leonardo'.]

381 16 horas em sala de aula, que corresponderia a vinte e um períodos. O
382 convidado Marcos Betemps, usando da prerrogativa de presidente da
383 comissão que fez a análise de impacto do regulamento inicialmente
384 aprovado, explicou que tal redução inviabilizaria alguns câmpus; que tal
385 informação foi repassada à comissão que elaborou o regulamento, com o
386 pedido de uma contraproposta; que, então, junto com todos os diretores de
387 ensino dos câmpus, buscaram uma forma de criar um regulamento que fosse
388 exequível, no sentido de privilegiar todos os docentes que desenvolvessem
389 atividades de pesquisa e extensão, além das atividades de ensino. O limitante
390 de 16 horas diz que os docentes poderiam ter no máximo vinte e um períodos
391 em sala de aula; que, quando da análise, encontraram em vários câmpus
392 professores que estão quase nesse limite; exemplificou com a situação de um
393 câmpus em que dois professores têm vinte períodos, sendo que um trabalha
394 também com extensão; que esse limite desmotivaria a continuidade daquele
395 que trabalha com extensão; que o limite de dezoito horas não significa que
396 todos trabalharão vinte e quatro períodos, mas vai permitir que os docentes
397 recebam mais ou menos períodos, de acordo com a sua participação ou não
398 em atividades de extensão. Salientou que somente terá vinte e quatro horas
399 em sala de aula o docente que não tiver nenhuma atividade de pesquisa e/ou
400 extensão. Para a situação de docente único para determinada disciplina que
401 tem o número de aulas o limite, não podendo participar de outras atividades,
402 a instituição precisará encontrar uma solução. O presidente Marcelo Bender
403 ratificou a fala do convidado Marcos Betemps e lembrou que dificilmente o
404 docente terá vinte e quatro períodos de aula, uma vez que existem as
405 atenuantes redutórias. A conselheira Luciana Loponte manifestou, pedindo
406 que fosse registrada em ata, a posição de sua comunidade que, de forma
407 unânime, entende ser agora o momento de aprovar a regulamentação; que foi
408 feita análise no câmpus e que hoje o que pode ser aprovado é o limite de
409 dezoito horas. O conselheiro Renato Meireles lembrou que o governo aprova
410 a matriz orçamentária baseado em indicadores de ensino; que a sociedade
411 tem que perceber efetivamente o trabalho de extensão e pesquisa e que este
412 trabalho não deve ser feito apenas porque o professor quer; que a atividade
413 de pesquisa e extensão é um processo natural com foco no aluno e deve ser
414 feita junto com a atividade de ensino. Colocadas em votação as duas
415 propostas: a) redução de limite para dezesseis horas; b) manutenção do limite
416 das dezoito horas, foi vencedora, por contraste a proposta b) – manutenção
417 de dezoito horas, com três abstenções. A seguir, foram colocados em
418 votação a inclusão do Parecer 18 do CNE no corpo do regulamento e da
419 palavra "proposta" na ficha do Plano de Trabalho, ambas aprovadas por
420 unanimidade. O presidente Marcelo Bender determinou que a DDI faça uma
421 proposta de divulgação do regulamento, pois nem todos os chefes de ensino
422 devem estar se sentido totalmente esclarecidos. Não havendo outros
423 destaques, o regulamento foi colocado em votação e aprovado pelo Conselho

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Luciana Loponte', 'Renato Meireles', and 'Marcelo Bender'.]

*[Handwritten signatures and initials on the left margin, including names like 'J. Silva', 'M. A.', and 'R. M.'].
J. Silva
M. A.
R. M.*

[Large handwritten signature at the bottom center, possibly 'Marcelo Bender' or similar.]

